

## Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização – CMA

### REQUERIMENTO N° , DE 2013 – CMMC

**Requeiro**, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a **realização de Audiência Pública** desta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal – CDR, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados – CMADS e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC **para debater na forma de seminário** sobre “Os efeitos das mudanças do clima para o Semiárido”.

**Para debater o tema: Situação e impactos das Mudanças Climáticas na região do Semiárido**, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- **Cenários Climáticos para o Semiárido** – Eduardo Sávio Martins - Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme;
- **Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido** – José Marengo - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
- Impactos das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos do Semiáridos – ...Representante da Agência Nacional de Águas – ANA;
- **Impactos Econômicos da Desertificação** – Antônio Magalhães - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;
- **Impactos Econômicos das Secas** – Estélio Gama - Banco do Nordeste do Brasil – BNB;
- **Impactos Sociais das Mudanças Climáticas** - representante da Fundação Joaquim Nabuco -FUNDAJ

**Para debater o tema: Soluções para mitigação dos efeitos da desertificação e da seca no semiárido e Fortalecimento Institucional como instrumento para o combate à Desertificação**, requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- **O Fortalecimento da Ciência e Tecnologia** – Antônio Galvão -Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;
- **Experiências para a mitigação dos efeitos de seca e desertificação** – representante da Embrapa Semiárido;



SF/13443.655573-01

- **Estudo de Caso** – representante do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – Prodham.

## Justificativa

Já é consenso entre a comunidade científica que o clima sofrerá alterações, de maior ou menor magnitude, em todo o território nacional, ao longo deste século. Cito notícia da Agência FAPESP, publicada em 10/09/2013, que trata do primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), cujo sumário executivo foi divulgado no dia anterior (09/09), durante a 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas (Conclima):

*“Agência FAPESP – O clima no Brasil nas próximas décadas deverá ser mais quente – com aumento gradativo e variável da temperatura média em todas as regiões do país entre 1 °C e 6 °C até 2100, em comparação à registrada no fim do século 20. No mesmo período, também deverá diminuir significativamente a ocorrência de chuvas em grande parte das regiões central, Norte e Nordeste do país. Nas regiões Sul e Sudeste, por outro lado, haverá um aumento do número de precipitações.”*

Não há dúvida, igualmente, de que as alterações mais dramáticas, com repercussão não apenas regional mas nacional, deverão ocorrer no semiárido brasileiro, atingindo os estados do Nordeste e vasta região do Estado de Minas Gerais (no norte e no nordeste de Minas, por exemplo, a desertificação avança em ritmo preocupante). Esta é igualmente a região sobre a qual mais estudos foram feitos, com avaliações e projeções que podem fundamentar o estabelecimento de políticas públicas adequadas para o enfrentamento da questão.

Há algum tempo, instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Fundação Osvaldo Cruz, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), entre outras, alertam para o perigoso avanço da desertificação do semiárido, com impactos econômicos, sociais e ambientais nefastos à população sertaneja.

Diante das evidências, torna-se necessário uma firme ação governamental para o enfrentamento deste problema. As políticas direcionadas para a região mantêm, em boa medida, sua tradicional lógica assistencialista, sem o estabelecimento de políticas estruturantes e sistêmicas que permitam o enfrentamento adequado da situação. Vale lembrar que o combate aos efeitos da desertificação deverá ser levado a cabo juntamente com a implantação e o aprofundamento de políticas públicas voltadas para a superação de problemas crônicos da região, como a pobreza, o baixo índice educacional e a precariedade do atendimento à saúde, por exemplo.

Estudos Centro de Estudos para o Planejamento da Universidade de Minas Gerais – CEDPLAR e Fundação Osvaldo Cruz, apontam para cenários preocupantes no



SF/13443.655573-01

médio e longo prazo, como por exemplo: perda de significativas parcelas de áreas produtivas especialmente nos Estados do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco com consequente queda do PIB; aumento significativo na taxa de migração, que pode chegar até 24% para a população economicamente ativa, sendo os principais destinos a Amazônia e o Centro-Oeste.

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas alerta que a temperatura na Caatinga deverá aumentar entre 0,5 °C e 1 °C e as chuvas no bioma diminuirão entre 10% e 20% até 2040. Entre 2041 e 2070 o clima da região deverá ficar de 1,5 °C a 2,5 °C mais quente e o padrão de chuva deve diminuir entre 25% e 35%. Até o final do século, a temperatura do bioma deverá aumentar progressivamente entre 3,5°C e 4,5°C e a ocorrência de chuva diminuir entre 40% e 50%.

Como podemos observar, o problema da desertificação está mais fortemente localizado no semiárido, mas seus impactos terão dimensões nacionais. Necessitamos, urgentemente, discutir em profundidade a situação presente e futura, e avaliar as soluções que podem ser propostas para o enfrentamento dos problemas que certamente advirão. Daí a oportunidade da realização da audiência pública aqui proposta. O Congresso Nacional não pode abandonar a região mais pobre do Brasil à sua própria sorte.

**Sala da Comissão, 26 de setembro de 2013.**

**Senadora Vanessa Grazziotin**  
PCdoB-AM



SF/13443.65573-01